

Democracia ou Caos?

Hermawan Sulisty

Numa Indonésia confrontada com diferentes separatismos e a viver uma batalha interna entre as forças pró-democracia e as forças pró-status quo, o futuro é incerto. O arquipélago está numa encruzilhada entre as promessas da democracia e o risco do caos.

Muitos acreditam que as eleições legislativas do passado dia 7 de Junho representam uma porta de passagem para a nova Indonésia democrática e a única via para ultrapassar a crise económica e política que tem minado o país nos últimos dois anos. Todos os esforços recentes centraram-se no sucesso do escrutínio. Adoptaram-se novas leis, liberalizaram-se partidos políticos e deu-se aos vários comités de monitorização liberdade relativamente aos preparativos técnicos.

Apesar do optimismo pré-eleitoral, muitos observadores mostram-se preocupados com o crescendo de conflitos violentos nas várias regiões do país. Nos últimos dois anos, realizaram-se centenas de manifestações de estudantes e não-estudantes - em média duas a três por dia - que marcaram de forma significativa a Indonésia. Embora as estatísticas demonstrem que os motins têm um baixo índice de correlação com as manifestações, estes ocorreram em larga escala em várias partes da Indonésia, sobretudo em seis províncias. Em Maio de 1998, eclodiram vários motins, nomeadamente nas províncias de Java Oriental e Ocidental, Aceh, Sulawesi do Norte, Maluku e Kalimantan Ocidental, onde a instabilidade ainda se mantém.

Tendo concentrado todos os esforços nas eleições legislativas, os responsáveis indonésios negligenciaram certamente o período pós-eleitoral. O actual estado de fraqueza da Indonésia modificou a natureza dos conflitos da vertical para a horizontal. Em seis eleições gerais previamente realizadas sob o regime da Nova Ordem de Suharto as violações de teor político relacionadas directa ou indirectamente com o acto eleitoral foram cometidas principalmente pelo Estado. Agora, esse tipo de violações alargaram-se também aos partidos políticos e às massas ansiosas de poder. Há uma ideia generalizada de que o Golkar, o antigo partido do poder, nunca teria ganho no passado se as eleições tivessem sido livres. O problema é que, numas eleições democráticas, o Golkar ainda tem grandes hipóteses de ganhar. Mesmo não sendo maioritário, seria inevitável que um Golkar vencedor provocasse fortes reacções de todos os outros partidos.

Duas outras situações político-psicológicas contribuem para o aumento do risco de conflitos no cenário pós-eleitoral. A maior parte, se não todos os novos partidos, depositaram demasiadas expectativas no apoio dos seus seguidores - e muitos dificilmente aceitarão o facto deste apoio não ser tão forte como supunham. A cultura política indonésia deixa pouco espaço para a admissão da derrota, pelo que a culpa é atribuída à "injustiça" da eleição, ao Estado e até aos outros partidos.

Para supervisionar o escrutínio foram criados mais de uma dúzia de comités, enquanto no passado havia apenas um comité independente de supervisão, a funcionar sob um sistema político opressivo. Desta vez houve entre os quatro comités maiores uma competição para o recrutamento de voluntários: a maioria são estudantes universitários, apesar da maior parte dos líderes estudantis terem apelado ao boicote das eleições que classificaram como não-democráticas por natureza. Houve, por parte dos comités, um esforço para aplicarem os mesmos

parâmetros de supervisão. Mas eventuais falhas neste processo implicam leituras diferentes dos resultados, aumentando o potencial de conflitos entre as partes beligerantes. No que diz respeito ao problema do separatismo, Aceh e o Irian Jaya são duas das províncias mais problemáticas, seguidas de Riau. No caso de Aceh, por exemplo, a contestação começou pela exigência de um tratamento mais justo por parte do Governo central: esta província produtora de petróleo recebeu menos de cinco por cento do total das receitas de produção, tendo a maior parte dos lucros sido encaminhados para a capital. Esta desintegração socio-económica pode transformar-se numa desintegração territorial se o Governo central não resolver o problema sabiamente.

Timor Leste é um caso especial, que divide os indonésios em dois campos de opinião. Devido à falta de informação a maior parte não lhe presta a devida atenção. Muitos acreditam que a independência de Timor Leste causaria um "efeito de dominó" noutras províncias com ambições separatistas, especialmente em Aceh, Irian Jaya, e recentemente também Riau. Por outro lado, acreditam que a Indonésia não ganha nada a não ser uma reputação negativa junto da comunidade internacional, além de sofrer perdas económicas - Jacarta subsidiou 95 por cento do orçamento anual de Timor, o que significa uma quantidade substancial de recursos financeiros em tempos de crise. Há, no entanto, alguns activistas pró-democracia que acreditam que a solução para Timor Leste deveria ser pacífica e sem qualquer intervenção de Jacarta. Por outras palavras, as duas opções propostas recentemente pelo Presidente Habibie são um reflexo desta visão - os timorenses da parte leste da ilha têm direito à auto-determinação.

Com uma situação potencialmente explosiva, as forças armadas - TNI é a sua nova designação - estão perante uma difícil tarefa. As TNI são compostas por apenas 400 mil homens, enquanto a polícia conta com 200 mil. As duas forças combinadas, responsáveis pelo aparelho de segurança - e que são suportadas por apenas 1,9 por cento do orçamento total do Governo, uma das mais baixas percentagens no mundo - são insuficientes para lidar com os tumultos e motins que eclodiram simultaneamente em vários pontos sensíveis do arquipélago. Estamos, portanto, perante um quadro bastante sombrio. Muito depende da batalha que se trava entre as forças pró-democracia e as pró-status quo . Se as primeiras perderem para as segundas, então a Indonésia poderá mergulhar num período turbulento. A democracia é uma esperança, mas o caos está também eminente.

Hermawan Sulistyó é director do Research Institute for Democracy and Peace (RIDeP) e investigador no Indonesian Institute of Sciences (LIPI) de Jacarta